

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.540 - RO (2019/0340420-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **CLAUDI MARI PENSO DALAZEM**  
**RECORRENTE** : **NEUDI DALAZEM**  
**ADVOGADOS** : **MARIANNE ALMEIDA E VIEIRA DE FREITAS PEREIRA - RO003046**  
**JEVERSON LEANDRO DA COSTA E OUTRO(S) - RO003134**  
**MÁRCIO HENRIQUE DA SILVA MEZZOMO - RO005836**  
**KELLY MEZZOMO CRISOSTOMO COSTA - RO003551**  
**RECORRIDO** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO** : **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - RO004875A**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

1. Falta de prequestionamento dos temas insertos nos arts. 940 do Código Civil e 10 e 369 do Código de Processo Civil, pois não foram objeto de debate no acórdão recorrido. Incide a Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.
2. É de 12% ao ano os juros remuneratórios em cédulas de crédito comercial, industrial e rural, conforme precedentes desta Corte.
3. Deficiência de fundamentação do recurso especial no tocante à pretensão de descaracterização da mora, por não ter sido impugnado o fundamento que impediu seu reconhecimento pelo tribunal de origem. Súmulas 283 e 284/STF.
4. Inviabilidade de alterar a conclusão do tribunal de origem de que, de acordo com os elementos informativos dos autos, o agravante não comprovou situação financeira apta para garantir a concessão do benefício de gratuidade judiciária. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7 do STJ).
5. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por CLAUDI MARI PENSO DALAZEM, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim

ementado:

EMENTA Processo Civil e Comercial. Execução. Embargos. Cédula de Crédito Rural Pignoratícia. Juros. Limitação a 12% a.a. Ausência de abusividade. Mora caracterizada. Encargos adicionais de aditivo. Legalidade. Cobrança de juros moratórios. Possibilidade.

Prevista e regulamentada pelo Decreto-Lei nº 167/67 bem como pela Lei 6.840/80, a Cédula de Crédito Rural é “uma promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sendo um título civil, líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório”.

Por possuírem regulamentação própria, estão vinculadas à limitação dos juros fixados pela autoridade competente, no caso, o Conselho Monetário Nacional – CMN, sendo que, diante da omissão do citado órgão, aplica-se a limitação dos juros capitulada na Lei de Usura no patamar de 12% a.a. (Precedente do STJ em Recurso Repetitivo).

Opostos dois embargos de declaração, um após o julgamento de outro, foram todos rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º do Decreto-Lei 167/67; 396 e 940 do Código Civil e 10º, 99, § 2º, e 369 do Código de Processo Civil.

Sustenta que houve cerceamento de defesa por não ter sido oportunizada a comprovação pelas partes recorrentes de sua situação de hipossuficiência econômica que lhes autorizaria o benefício da justiça gratuita.

Defende que devem ser observados os juros remuneratórios em Cédula de Crédito Rural Pignoratícia em até 12% ao ano de fixar juros a serem praticados para as cédulas de crédito rural.

Alega que a mora ficou descaracterizada diante da cobrança de encargos indevidos durante a normalidade contratual, pois os juros remuneratórios cobrados foram superiores ao limite legal permitido.

Argúi ser cabível a repetição do indébito, em razão da cobrança de encargos indevidos do recorrente, de má fé.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1109-1116.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 1118-1119).

É o relatório.

DECIDO.

2. De início, os temas insertos nos arts. 940 do Código Civil e 10 e 369 do Código de Processo Civil não foram objeto de debate no acórdão recorrido. É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos

tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incide a Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.

3. Sobre os juros remuneratórios, assim se manifestou o tribunal de origem:

A primeira questão a ser analisada no caso dos autos, é se efetivamente, incorreu-se em cobrança de juros abusivos, como arguíram os devedores e reconheceu o juiz a quo.

Pois bem, da simples leitura das normas citadas - Decreto-Lei nº 167/67 e da Lei 6.840/80 – denota-se que a Cédula de Crédito Rural, justamente por possuírem regulamentação própria, estão vinculadas à limitação dos juros fixados pela autoridade competente.

Com efeito, estabelece o art. 5º do Decreto-Lei 167/67 que:

(...)

Contudo, até o momento, não houve essa regulamentação expressa dos juros nominais pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, de tal modo que, à guisa de maiores balizas, consolidou-se o entendimento de que diante desta omissão, limita-se os juros ao patamar de 12% a.a.

Tanto que pacificamente já decidiu o STJ:

(...)

Disto resulta na possibilidade da limitação dos juros e sua redução em casos de juros pactuados acima dos valores estipulados por regra congênere (Lei de Usura), de tal modo que isto não implique em ofensa ao pacta sunt servanda, porquanto, ao menos aqui, residente o postulado do interesse público, já que os juros são atrelados a ato de autoridade monetária, portanto, de interesse governamental, cuja supremacia é impositiva nesses casos.

Assim, ao menos neste aspecto, a sentença deve ser mantida. (fls. 931-933 e-STJ)

Verifica-se que decidiu o tribunal de origem em consonância com o entendimento desta Corte de que é de 12% ao ano em cédulas de crédito comercial, industrial e rural, conforme os seguintes precedentes: AgRg no Ag 883.139/MG, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 18.10.2007, DJ 31.10.2007 p. 330; AgRg no REsp 975.396/RS, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Quarta Turma, julgado em 9.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 275, este último, com a seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CÉDULA DE CRÉDITO. FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. FIXAÇÃO. AUSÊNCIA. LIMITAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Esta Corte é uníssona no entender que as cédulas de crédito rural, comercial e industrial não se submetem ao regramento da Lei nº 4.595/64, porquanto o artigo 5º, da Lei nº 6.840/80, estendeu às notas de crédito a disposição contida no artigo 5º, do Decreto-Lei nº 413/69, no sentido de que compete ao Conselho Monetário Nacional a fixação da taxa de juros;

desse modo, ante a ausência de expressa deliberação do Conselho Monetário Nacional, os juros remuneratórios não podem ser pactuados em patamar superior a 12% ao ano, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 22.626/33 (Lei da Usura).

(...)

3. Agravo regimental improvido.

4. Sobre a alegada descaracterização da mora, o posicionamento do tribunal de origem foi o seguinte:

Próxima questão que deflui do reconhecimento (e redução dos juros insertos na cédula) da cobrança excessiva, é se, dentro deste cenário, houve caracterização da mora.

Isso porque, embora se tenha optado por redução dos juros, isso por si só não induzem abusividade contratual, visto que, juros superiores ao patamar tido como tolerável não concretizam atividade dolosa (elemento essencial à abusividade) no sentido de lesionar o consumidor.

(...)

Diante deste conceito, tênue diga-se de passagem, os Tribunais Pátrios, após longo debate, concluíram pela caracterização da mora do devedor, ainda que se tenha juros acima do pactuado, tanto que tal posicionamento redundou no julgamento do Recurso Repetitivo nº 1.061.530/RS, pelo STJ, que sufragou a seguinte tese:

(...)

Deste modo, não vejo abusividade no contrato em questão, a ponto de retirar a mora do devedor.

Entendeu que no caso não poderia ser afastada a mora porque a cobrança de juros remuneratórios superiores ao limite de 12% ao ano não se trata de atividade dolosa capaz de lesionar o consumidor e ser considerada abusiva.

A parte recorrente, entretanto, nada tratou nas razões do recurso especial sobre tal fundamento, o qual sustentou o aresto recorrido no ponto, situação que configura deficiência de fundamentação do recurso especial, nos termos das súmulas 283 e 284/STF.

5. Quanto ao benefício da justiça gratuita, o Tribunal estadual assim se manifestou:

Inicialmente, reconheço que não observei o pedido de justiça gratuita realizado na petição de endereçamento (de fl. 637), o que analiso neste momento.

Vejo que, consoante ao pedido de concessão da benesse, a parte ajuizou declaração de hipossuficiência financeira, contudo, no presente caso, isso não se mostrar suficiente à concessão do benefício.

Com efeito, o caso dos autos trata de execução do Banco do Brasil S/A, relativo a título representativo de negócio jurídico no valor de R\$160.000,00, cujo crédito foi concedido aos apelantes na condição de

empresários.

A condição sociofinanceira existente nos autos não deduz que hipossuficiência alegada seja escoreita, havendo forte evidência contrária, qual seja, de que os recorrentes possuem capacidade de pagamento para as custas finais do processo e recursais.

pedido.

Deste modo, se apresenta cenário suficiente ao indeferimento do pedido.

A propósito, cito:

(...)

Assim, deve ser rejeitado o pedido, para, em consequência, determinar que os apelantes recolham os preparos de eventuais recursos doravante interpostos, bem como custas finais a serem apurados após o trânsito em julgado. (fls. 953-954 e-STJ)

Como se vê, o Tribunal *a quo* assentou que, de acordo com os elementos informativos dos autos, o agravante não comprovou situação financeira apta para garantir a concessão do benefício de gratuidade judiciária. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7 do STJ).

6. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e nego-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator